

# Deputados pedem ao SNI razões da cassação em 69



Mino Pedrosa

Abadia (E) acompanhou Maurílio e Moema (D) ao SNI

Os deputados Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) e Moema São Thiago (PSDB-CE), que estavam acompanhados de Maria Abadia, apresentaram ontem requerimento ao Serviço Nacional de Informações (SNI) para que tenham acesso a seus dados pessoais existentes naquele órgão. Os parlamentares afirmaram que só recorrerão ao habeas-data, no Supremo Tribunal Federal, caso o SNI se recuse a fornecer as informações ou se as considerarem insuficientes.

Moema São Thiago, líder estudantil, cassada em 1969, pelo Decreto-lei 477, quando cursava o segundo ano da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, afirma que depois de analisar cuidadosamente o texto constitucional concluiu que a maneira correta de qualquer cidadão solicitar informações pessoais em bancos de dados é apresentando requerimento ao órgão. O habeas-data, explicou, só pode ser impetrado quando o órgão se negar a prestar as informações.

Maurílio Ferreira Lima é da mesma opinião e acredita que o SNI não poderá "escapar" de seu requerimento, pois, além de pedir sua ficha pessoal, quer as justificativas para a sua cassação em 1969. Ele teve o mandato de deputado fe-

deral e todos os direitos políticos cassados em 30 de dezembro de 1969 — era o quinto nome da primeira lista de cassações baseadas no AI-5. Exilando-se imediatamente na Argélia, o deputado contou que por 11 anos a embaixada brasileira naquele país se negou a fornecer passaporte, "o que me obrigou a viver durante todo esse período com documentos falsos e com outras nacionalidades".

## Arquivo paralelo

Maurílio reconhece que o SNI já está se preparando para não fornecer informações consideradas de segurança nacional. O órgão está elaborando um arquivo paralelo onde as fichas incluem apenas dados pessoais formais. Afirma que isso não prejudicará seu requerimento e que as informações não poderão ser incompletas, já que solicitou explicações para a sua cassação.

Os parlamentares pretendiam entregar o requerimento ao chefe do SNI, Ivan de Souza Mendes, mas como não marcaram audiência, foram recebidos pelo secretário-adjunto, Antônio Vieira dos Santos. Segundo Moema São Thiago, eles esperarão até dois meses para que o SNI atenda ou não o pedido. Só depois disso, impetram recurso junto ao STF.